

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul – Campus Bento
Gonçalves

4º TRIMESTRE/2021

REITOR

Júlio Xandro Heck

DIRETOR GERAL DO CAMPUS BENTO GONÇALVES

Rodrigo Otávio Câmara Monteiro

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS BENTO GONÇALVES

Thiago Grassel dos Reis

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA CONTABILIDADE DO CAMPUS BENTO GONÇALVES

Elisângela Batista Maciel - Contadora

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II - Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, quarto trimestre 2021.

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício de 2021), em atendimento à Portaria nº 04 MEC/SE/SPO, de 20 de novembro de 2019, consta a Declaração com Ressalva do Contador do Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (órgão)	Código do órgão
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS	158264/26419
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 4º Trimestre de 2020, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 318 - Não Atendimento de Orientação de órgão de Contabilidade e Setorial/Central.</p> <p>O Órgão não atendeu às orientações do órgão de Contabilidade e Setorial de implantação do SIADS conforme ofício circular nº 38/2021 GAB/SPO/SPO-MEC e comunica 2022 0110011 Setorial de Contabilidade do MEC, com prazo até 01/12/2021 para a implantação. Providências administrativas relatadas: “<i>oficialmente teve início a implantação em dezembro de 2021, com a indicação dos responsáveis, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio de uma comissão de implantação multiárea e multicampi. Neste momento, a área de TI está avaliando tecnicamente com a STN, a forma de tratamento das informações do Sipac em comparação ao formato do banco de dados do Siads, visando agilizar tanto o tratamento quanto a migração das informações. A partir de janeiro terão início testes do módulo almoxarifado na Reitoria e no campus Bento Gonçalves, após os resultados desta 1ª etapa, haverá expansão para os demais campi, ainda no módulo almoxarifado, o cronograma inicial é implantação em todos campi até julho/22. (PROAD)</i>”.</p> <p>Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros.</p> <p>O Órgão não realizou a reavaliação de ativos conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção SIAFI 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, e de acordo com o solicitado no Acórdão 5.603/2017 – TCU – 2ª Câmara. Providências administrativas relatadas: <i>há ciência da necessidade do processo de reavaliação e estamos buscando formas dentro e fora do IFRS para equalizar essa inconsistência que vem de alguns exercícios (PROAD).</i></p> <p>Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de falta de avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros foram recorrentes no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.</p> <p>Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB.</p> <p>O Órgão registra saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis, fato que tem se repetido em todos os exercícios. Providências administrativas relatadas: não há providências relatadas de forma institucional. A ocorrência se dá em razão de saldo na conta Bens Móveis a Classificar, transferidos pela UG 158141, não localizados e não recebidos pelo campus Bento. Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.</p>	

Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado.

O Órgão registra evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado. **Providências administrativas relatadas:** não há providências relatadas de forma institucional. O apontamento de evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.

Restrição 643 – Falta ou evolução incompatível da amortização do ativo intangível.

O Órgão registra evolução incompatível com o cálculo da amortização do ativo intangível. **Providências administrativas relatadas:** não há providências relatadas de forma institucional. O apontamento de falta ou evolução incompatível com o cálculo da amortização do ativo intangível foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Bento Gonçalves	Data	28/01/2022
Contador Resp.	Elisângela Batista Maciel	CRC nº	72.510

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	517.786,91	582.609,28	PASSIVO CIRCULANTE	72.733,14	10.465,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	98.902,61	172.308,96	Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	-	-
Créditos a Curto Prazo	14.170,00	5.878,00	Empréstimos e Financ. a CP	-	-
Clientes	14.170,00	5.878,00	Fornecedores e Contas a Pagar a CP	13.805,84	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	404.714,30	404.422,32	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	58.927,30	10.465,49
ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.655.133,07	21.536.581,56	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	-	-
Estoques	-	-	Emprést. e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Deprec. Acum. de Propriedades p/ Invest.	-	-	Resultado Diferido		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propr. para Invest.	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	72.733,14	10.465,49
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução Valor Recuperável de Invest. do RPPS	-	-		2021	2020
Imobilizado	21.614.207,38	21.476.947,88	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Bens Móveis	4.216.606,06	4.049.239,84	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	13.679.583,88	12.905.551,73	Reservas de Lucros	-	-
(-) Deprec./Amort./Exaustão Acum. Bens Móveis	-9.462.977,82	-8.856.311,89	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	22.100.186,84	22.108.725,35
Bens Imóveis	17.397.601,32	17.427.708,04	Resultado do Exercício	-8.538,51	-196.628,27
Bens Imóveis	17.889.710,40	17.889.710,40	Resultados de Exercícios Anteriores	22.108.725,35	22.281.173,70
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. Bens Imóveis	-492.109,08	-462.002,36	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
(-) Redução ao Valor Recup. Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.100.186,84	22.108.725,35
Intangível	40.925,69	59.633,68			
Softwares	40.925,69	59.633,68			
Softwares	152.717,19	152.717,19			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-111.791,50	-93.083,51			
TOTAL DO ATIVO	22.172.919,98	22.119.190,84	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.172.919,98	22.119.190,84

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	98.902,61	172.308,96	PASSIVO FINANCEIRO	1.764.210,79	2.167.852,55
ATIVO PERMANENTE	22.074.017,37	21.946.881,88	PASSIVO PERMANENTE		
			SALDO PATRIMONIAL	20.408.709,19	19.951.338,29

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	2020	ESPECIFICAÇÃO	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	319.074,06	SALDO DOS	1.464.009,17
Atos Potenciais Ativos	319.074,06	Atos	1.464.009,17
Garantias e Contragarantias Recebidas	319.074,06		-
Direitos Contratuais	-		1.464.009,17
TOTAL	319.074,06	TOTAL	1.464.009,17

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.388.331,58
Recursos Vinculados	-276.976,60
Educação	-52.691,40
Dívida Pública	-260.382,90
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	36.097,70
TOTAL	-1.665.308,18

Fonte: Siasi 2021

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	4.678.668,32	5.305.907,76
Ordinárias	-	-	Ordinárias	4.208.984,98	2.862.091,04
Vinculadas	-	-	Vinculadas	469.683,34	2.443.816,72
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	21.939,02	87.843,78
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
			Dívida Pública	-	2.262.547,41
			Outros Recur. Vincul. a Fundos, Órgãos e Progr.	447.744,32	93.425,53
Transferências Financeiras Recebidas	4.791.853,25	4.476.689,37	Transferências Financeiras Concedidas	6.535,01	975,39
Resultantes da Execução Orçamentária	3.147.848,37	3.428.889,87	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	3.147.848,37	3.428.889,87	Independentes da Execução Orçamentária	6.535,01	975,39
Independentes da Execução Orçamentária	1.644.004,88	1.047.799,50	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.535,01	975,39
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.518.899,91	958.838,36	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	125.104,97	88.961,14	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.547.874,45	2.007.356,07	Pagamentos Extraorçamentários	1.727.930,72	1.137.412,62
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	26.552,81	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.363.407,73	1.908.983,65	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.717.465,23	1.136.111,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	45.492,77	1.301,20	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.465,49	1.301,20
Outros Recebimentos Extraorçamentários	112.421,14	97.071,22	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	112.421,14	97.071,22			
Saldo do Exercício Anterior	172.308,96	132.559,29	Saldo para o Exercício Seguinte	98.902,61	172.308,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	172.308,96	132.559,29	Caixa e Equivalentes de Caixa	98.902,61	172.308,96
TOTAL	6.512.036,66	6.616.604,73	TOTAL	6.512.036,66	6.616.604,73

Fonte: Siafi 2021

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	485.845,61	504.601,39
INGRESSOS	4.949.767,16	4.575.061,79
Outros Ingressos Operacionais	4.949.767,16	4.575.061,79
Ingressos Extraorçamentários	45.492,77	1.301,20
Transferências Financeiras Recebidas	4.791.853,25	4.476.689,37
Arrecadação de Outra Unidade	112.421,14	97.071,22
DESEMBOLSOS	-4.463.921,55	-4.070.460,40
Pessoal e Demais Despesas	-4.445.089,18	-4.066.094,00
Educação	-4.171.907,08	-3.863.027,95
Organização Agrária	-273.182,10	-203.066,05
Transferências Concedidas	-1.831,87	-2.089,81
Intragovernamentais	-1.831,87	-2.089,81
Outros Desembolsos Operacionais	-17.000,50	-2.276,59
Dispêndios Extraorçamentários	-10.465,49	-1.301,20
Transferências Financeiras Concedidas	-6.535,01	-975,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-559.251,96	-464.851,72
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-559.251,96	-464.851,72
Aquisição de Ativo Não Circulante	-559.251,96	-464.851,72
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-73.406,35	39.749,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	172.308,96	132.559,29
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	98.902,61	172.308,96

Fonte: Siafi 2021

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.135.071,58	4.665.118,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	114.070,13	95.742,83
Venda de Mercadorias	110.751,00	71.230,53
Vendas de Produtos	1.248,00	3.909,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.071,13	20.603,30
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	108,00	353,00
Juros e Encargos de Mora	108,00	353,00
Transferências e Delegações Recebidas	5.011.296,44	4.564.376,96
Transferências Intragovernamentais	4.791.853,25	4.476.689,37
Outras Transferências e Delegações Recebidas	219.443,19	87.687,59
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.062,00	3.670,50
Reavaliação de Ativos	20,00	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.042,00	3.670,50
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.535,01	975,39
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	6.535,01	975,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.143.610,09	4.861.746,95
Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.439.768,42	4.242.610,96
Uso de Material de Consumo	761.753,80	737.349,68
Serviços	3.022.533,98	2.851.399,76
Depreciação, Amortização e Exaustão	655.480,64	653.861,52
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	44,02	-
Juros e Encargos de Mora	44,02	-
Transferências e Delegações Concedidas	9.240,01	16.556,20
Transferências Intragovernamentais	6.535,01	975,39
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.705,00	15.580,81
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.978,00	750,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	20,00	-
Incorporação de Passivos	1.958,00	750,00
Tributárias	20.755,66	8.672,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.223,99	7.832,68
Contribuições	531,67	839,92
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	671.823,98	593.157,19
Incentivos	671.065,99	590.620,24
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	757,99	2.536,95
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-8.538,51	-196.628,27

Fonte: Siafi 2021

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
DEFICIT			4.678.668,32	4.678.668,32
TOTAL	-	-	4.678.668,32	4.678.668,32

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	4.147.652,16	3.094.349,73	3.067.796,92	-4.147.652,16
Outras Despesas Correntes	-	-	4.147.652,16	3.094.349,73	3.067.796,92	-4.147.652,16
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	531.016,16	220.910,86	220.910,86	-531.016,16
Investimentos	-	-	531.016,16	220.910,86	220.910,86	-531.016,16
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	4.678.668,32	3.315.260,59	3.288.707,78	-4.678.668,32
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	4.678.668,32	3.315.260,59	3.288.707,78	-4.678.668,32
TOTAL	-	-	4.678.668,32	3.315.260,59	3.288.707,78	-4.678.668,32

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	237.069,49	1.570.027,56	1.379.811,69	1.379.124,13	99.830,43	328.142,49
Outras Despesas	237.069,49	1.570.027,56	1.379.811,69	1.379.124,13	99.830,43	328.142,49
DESPESAS DE CAPITAL	11.333,92	338.956,09	338.341,10	338.341,10	11.333,92	614,99
Investimentos	11.333,92	338.956,09	338.341,10	338.341,10	11.333,92	614,99
TOTAL	248.403,41	1.908.983,65	1.718.152,79	1.717.465,23	111.164,35	328.757,48

Fonte: Siafi 2021

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.

As Demonstrações Contábeis (DCON) do campus Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

(a) Bens móveis

Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título. Também não foi realizada a avaliação dos bens móveis/intangíveis para apurarmos o real valor do ativo imobilizado.

Até a data de encerramento de exercício, não foram corrigidos problemas de cálculo do relatório de depreciação e amortização acumulada, de modo que os registros desses títulos não refletem com confiabilidade a depreciação acumulada de bens móveis e amortização acumulada de bens intangíveis.

(b) Atos potenciais

Os saldos de contratos celebrados e das garantias contratuais foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle de devedores/credores. De tal forma, os saldos desses grupos refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 31/12/2021, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle soma R\$ 1.444.263,20 milhões, sendo R\$ 5.123,76 Seguros em Execução e R\$ 1.439.139,44 Contratos de Serviços em Execução.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul autarquia da administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);**
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);**
- IV. Balanço Financeiro (BF);**
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) (Este somente a nível de órgão) e;**
- VII. Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das quotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- (a) Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

- (b) Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- (c) Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n2 - x2) / n2$, onde:

$$\begin{aligned} Kd &= \text{coeficiente de depreciação} \\ N &= \text{vida útil da acessão} \\ X &= \text{vida útil transcorrida da acessão} \end{aligned}$$

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivo circulante e não circulante

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartição a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário e;
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de *Superávit/Déficit* do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O *superávit/déficit* é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda. Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o Campus, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que correspondem, exclusivamente, à receita própria do Campus Bento Gonçalves. O montante acumulado no final do trimestre é justificado pelo recebimento dos recursos financeiros no dia 31 de dezembro de 2021, não sendo possível executar todos os pagamentos até o final do período.

Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	45.492,77	10.465,49	334,69	46
RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO	53.409,84	161.843,47	-73,18	54
Total	98.902,61	172.308,96	-42,60	100,00

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Nota 2 – Créditos a Receber

Conta Bancos Conta Movimento – Demais Contas:

Os recursos deste grupo referem-se aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS - Campus Bento Gonçalves, na modalidade de caução em dinheiro.

Créditos a receber – Curto prazo

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
CLIENTES	14.170,00	5.878,00	141,07	100,00
Total	14.170,00	5.878,00	141,07	100,00

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Nota 3 – Clientes

Valor constante na conta de Clientes, sendo necessária a revisão e lançamento em Dívida Ativa. Trata-se de vendas a prazo que não foram liquidadas até o final do exercício de 2021.

Nota 4 – Estoques

Os estoques no Campus Bento Gonçalves não tiveram alterações significativas no período e estão distribuídos conforme seguem:

(a) Almojarifado

O IFRS armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração, em Almojarifado, no total de 99,93% do total dos estoques.

(b) Mercadorias para doação

Saldo refere-se à estoque de gêneros alimentícios para merenda escolar destinada aos alunos.

Estoque – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
ALMOJARIFADO	404.249,90	404.422,32	-0,05	99,93
MERCADORIAS P/DOAÇÃO	464,40	-	-	0,07
Total	404.714,30	404.422,32	0,07	100,00

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Nota 5 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Esse grupo constitui despesas antecipadas a apropriar, cujo fato gerador ainda não ocorreu, tais como: prêmios de seguros da frota de veículos, acesso a banco de dados de normas técnicas e bibliotecas virtuais, assinaturas de jornais e anuidades de associações, aluguéis pagos, impostos e taxas municipais e direitos autorais. Estas despesas não tiveram nenhuma representatividade no período analisado.

Nota 6 – Imobilizado

Os Bens Móveis do IFRS Campus Bento Gonçalves em 31/12/2021 totalizavam, pelo custo de aquisição, R\$ 13,6 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o grupo de Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, no valor de R\$ 6 milhões (44% do total), seguido a conta de Bens de Informática, que soma 2,8 milhões, sendo 21% do total, aproximadamente. Essa pequena variação no 4º trimestre, foram bens adquiridos com recursos de 2021, além de doações recebidas e entregues no exercício de 2021. Dentre eles, os mais expressivos são bens de informática (16%). A análise vertical considerou o total bruto da conta de bens móveis, que somou R\$ 13.679.583,88.

Bens Móveis – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIP. E FERRAMENTAS	6.072.636,41	5.887.026,38	3,15	44,39
BENS DE INFORMÁTICA	2.869.308,61	2.467.552,50	16,28	20,97
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.167.701,23	2.090.165,43	3,71	15,85
MATERIAL CULTURAL, EDUC. E DE COMUNICAÇÃO	1.581.200,90	1.492.256,56	5,96	11,56
VEÍCULOS	911.367,43	891.181,56	2,26	6,66
DEMAIS BENS MÓVEIS	77.369,30	107.369,30	(27,94)	0,57
DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(9.462.977,82)	(8.856.311,89)	6,85	(69,18)
Total	4.216.606,06	4.049.239,84	4,13	100,00

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRS, em 31/12/2021, totalizaram, aproximadamente R\$ 17,9 milhões, pelo custo da aquisição, e estão distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir.

Bens Imóveis – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	15.682.900,15	15.509.255,29	1,12	87,65
AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES	1.656.506,69	1.656.506,69	0,00	9,26
OBRAS EM ANDAMENTO	0,00	173.644,86	-	0,00
INSTALAÇÕES	550.303,56	550.303,56	0,00	3,09
DEPREC. /AMORT. ACUM. DE BENS IMÓVEIS	(492.109,08)	(462.002,36)	6,52	-2,75
Total	17.339.406,84	17.427.708,04	-0,51	100,00

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 87,65% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRS Campus Bento Gonçalves, perfazendo o montante aproximado de R\$ 15,7 milhões, em 31/12/2021, pelo custo de aquisição.

O saldo na conta de Instalações é em virtude da implantação do PPCI iniciadas em 2019 na sede do campus Bento Gonçalves. Não há obras em andamento contabilizadas no campus em 2021.

Nota 7 – Intangível

O Ativo Intangível do IFRS Campus Bento Gonçalves, em 31/12/2021, totalizou o valor líquido de R\$ 45.403,78, considerando o valor da Amortização Acumulada, estando distribuído em contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Intangíveis

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	30.076,56	30.076,56	0,00	19,69
- ISBGS007	16.750,00	16.750,00	0,00	
- ISBGS008	1.822,56	1.822,56		
- ISBGS009	7.986,00	7.986,00		
-ISREI0011	598,00	598,00		
-ISROL003	2.920,00	2.920,00		
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	122.640,63	122.640,63	0,00	80,31
- ISBGS0001	5.358,00	5.358,00		
-ISBGS0002	20.150,59	20.150,59		
-ISBGS0003	2.519,94	2.519,94		
-ISBGS0004	73.300,00	73.300,00		
-ISBGS0005	9.626,50	9.626,50		
-ISBGS0006	11.685,60	11.685,60		
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(111.791,50)	(93.083,51)	20,10	-73,20
Total	40.925,69	59.633,68	-31,37	100,00

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Considerando-se os saldos brutos das contas do Intangível (antes dedução da amortização acumulada), o item mais representativo é o título “Softwares com Vida Útil Definida”, representando cerca de 80% do total, em dezembro/2021. O grupo não teve alterações significativas no período, somente na amortização acumulada.

Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

O IFRS Campus Bento Gonçalves não possui obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais registradas em suas demonstrações contábeis. Estas obrigações são registradas pela Reitoria do IFRS, de modo centralizado.

Nota 9 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 31/12/2021, o IFRS Campus Bento Gonçalves apresentou um saldo de aproximadamente R\$ 73 mil em obrigações a curto prazo. A tabela a seguir apresenta o detalhamento das obrigações assumidas pelo IFRS Campus Bento Gonçalves, no final do 4º trimestre de 2021:

Obrigações a Curto Prazo - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
FORNECEDORES E CONTAS A PAG. CURTO PRAZO	13.805,84	0,00	-100,00	18,98
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	58.927,30	10.465,49	463,09	81,02
Depósitos não judiciais	45.492,77	10.465,49	334,71	-
Glosa de Encargos Trabalhistas	10.234,53	-	-	-
Incentivos a educação, cultura e outros	3.200,00	-	-	-
Total	72.733,14	10.465,49	595,01	100,00

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

O Campus Bento Gonçalves possui 100% de suas obrigações a curto prazo. Em comparação com o exercício anterior, teve uma elevação de 595%. Isto em virtude do atraso e do pouco recebimento de recursos financeiros para quitação das dívidas com os fornecedores, dentro do trimestre.

(a) Depósitos não judiciais;

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações;

(b) Incentivo à educação, cultura e outros.

Compreende as obrigações com incentivos à educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

Nota 10 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de *Superávit/Déficit* do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2021 foi deficitário em R\$ 8,5 mil e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$ milhares		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.135.071,58	4.665.118,68	10,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	(5.143.610,09)	(4.861.746,95)	5,80
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-8.538,51	-196.628,27	-95,66

Fonte: Siafi Web 2021 e 2020 (DVP)

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve uma melhora de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. No 4º trimestre do exercício de 2020, o resultado foi negativo em R\$ 196,6 mil, ao passo que no mesmo período de 2021, o resultado ficou negativo em R\$ 8,5 mil. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Aumento de Venda de Mercadorias no montante de R\$ 39 mil;
- II. Redução da Exploração de bens, Direitos e Prestações de Serviços em R\$ 18,5 mil;
- III. Acréscimo de Transferências Intragovernamentais em R\$ 315 mil.

A seguir, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.135.071,58	4.665.118,68	10,07	100,00
EXPLOR. E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITO	114.070,13	95.742,83	19,14	2,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANC.	108,00	353,00	-69,40	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	5.011.296,44	4.564.376,96	9,79	97,57
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	3.042,00	3.670,50	-17,11	0,06
OUTRAS VPA's	6.535,01	975,39	570,25	0,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.143.610,09	4.861.746,95	5,80	100,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO	4.439.768,42	4.242.610,96	4,65	86,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANC.	44,02	-	-	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	9.240,01	16.556,20	-44,19	0,18
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	1.978,00	975,39	102,87	0,04
TRIBUTÁRIAS	20.755,66	8.672,60	139,33	0,40
OUTRAS VPD's	671.823,98	593.157,19	13,26	13,06
RESULTADO PATRIMONIAL	(8.538,51)	(-196.628,27)	-95,66	-

Fonte: Siafi Web 2021 e 2020 (DVP)

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos um aumento no resultado na maioria dos grupos, principalmente na Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direito, na ordem de 19%. O item de Incentivos, presente dentro do grupo Outras VPD'S, teve um aumento de 13,26%, decorrente de bolsas de assistência estudantil, auxílio moradia e permanência. E alguns registros de bolsas de pesquisa pagas com recursos de restos a pagar.

Transferências e Delegações Recebidas

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.791.853,25	4.476.689,37	7,04
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS P/ EXEC.ORÇAMENTÁRIO	3.147.848,37	3.428.889,872	
TRANSFERÊNCIAS REC. P/ PAGTO DE RAP	1.518.899,91	958.838,36	
MOVIMENTAÇÕES DE SALDOS PATRIMONIAIS	125.104,97	86.961,14	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES	219.443,19	87.687,59	150,26
DOAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	47.203,34	15.624,78	
DOAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS – INTRA	172.239,85	72.062,81	
TOTAL	5.011.296,44	4.564.376,96	9,79

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (DVP)

Segue comparativo da conta Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, conforme informações da tabela a seguir:

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	761.753,80	737.349,68	3,31	17,16
SERVIÇOS	3.022.533,98	2.851.399,76	6,00	68,08
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	655.480,64	653.861,52	0,25	14,16
	4.439.768,42	4.242.610,96	4,64	100,00

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020

Em relação ao consumo de materiais, houve uma variação para menos na ordem de 17% em relação ao mesmo período de 2020. Registrou-se, no período de 2021, consumo de materiais estocados no montante de R\$ 761.753,80, em 2020 o consumo foi de R\$ 737.349,68. Gêneros de alimentação o consumo foi de R\$ 127.384,271 em 2021 e de R\$ 68.615,26 em 2020 e Material de Distribuição Gratuita no valor de R\$ 58.627,39 em 2021 e R\$ 20.107,89 em 2020.

Em relação aos Serviços, que têm maior representatividade no grupo, na ordem de 68%, obteve-se uma pequena elevação nos gastos em 6%. Serviços de Apoio Adm. Técnico e Operacional registrou valor de R\$ 2.194.997,47 em 2021, em 2020 o valor foi de R\$ 1.968.016,88 Os serviços de Água e Esgoto e energia elétrica foi de R\$ 339.253,44, em 2021, já em 2020 foi de R\$ 428.142,56. Os Serviços Educacionais e Culturais foram despendidos no valor de R\$ 280.765,13 em 2021, em 2020 foi de R\$ 204.665,51, sendo a principal alteração no período.

Mesmo considerando a calamidade pública em razão da pandemia do Coronavírus, não houve diminuição dos serviços em execução entre os períodos de 2020 e 2021 analisados, ocorreu uma elevação de gastos de 6%, exceto nas despesas de água e esgoto e energia elétrica, que houve uma diminuição de 21%. No total geral de Uso de bens, Serviços e Consumo houve um acréscimo de 4,64% quando comparado 2020 com 2021.

Nota 11 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da comparação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No quarto trimestre de 2021 as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 2.071,13, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 4.678.668,32.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, 41% das despesas empenhadas no 4º trimestre de 2021, foram liquidadas no mesmo período, ou seja, R\$ 3.315.260,59.

Receitas

As receitas realizadas no quarto trimestre de 2021, em comparação com as realizadas no mesmo período de 2020, estão distribuídas nas seguintes categorias, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:

Receita realizada – categoria econômica

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
RECEITA CORRENTE	2.071,13	20.603,30	-89,95	100,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00		
Total	2.071,13	20.603,30	-89,95	100,00

Fonte: Siafi 2021 e 2020 (BO e DVP)

Comparando-se as receitas realizadas no ano de 2021 com 2020, percebe-se uma involução de aproximadamente 90% na arrecadação de receitas correntes. A redução se deu, principalmente, na receita de Serviços de Hospedagem e Alimentação, onde eram cobrados a cedência do espaço da Cooperativa Escola e os Tickets alimentação do refeitório, em virtude da pandemia do Covid-19, essas arrecadações não ocorreram. Em 2021, o valor de R\$ 1.619,58, referente a arrecadação de Serviços de Estudos e Pesquisas da Fundação de Apoio da UFRGS e a taxa de inscrição do processo seletivo foram os mais significativos.

Despesas

O resultado orçamentário é a diferença entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964. De acordo com o art. 58 daquela referida Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de assegurar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado.

Diante disso, é possível afirmar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, ou seja, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços, demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesa no período em análise abrangeu a quantia aproximada de R\$ 3,4 milhões, enquanto que no mesmo período de 2020, tal fase da execução da despesa pública foi de R\$ 3,7 milhões. O empenho de despesas correntes corresponde a 100,00% de toda despesa empenhada no período, conforme a seguir:

Despesas Empenhadas – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
DESPESAS CORRENTES	4.147.652,16	4.791.885,88	-13,44	88,65
DESPESAS DE CAPITAL	531.016,16	514.021,88	3,31	11,35
TOTAL	4.678.668,32	5.305.907,76	-11,82	100,00

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BO)

As despesas correntes empenhadas com maior relevância estão no grupo “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, na ordem de 59% e “Auxílio Financeiro a Estudantes”, representando 14% do total empenhado. Material de Consumo totalizou 11%, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Despesas Correntes – composição (empenhada)

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	287,97	2.668,59	-89,21	0,01
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	638.675,15	565.837,16	12,87	15,40
AUXÍLIO A PESQUISADOR	40.178,93	46.527,48	-13,65	0,97
MATERIAL DE CONSUMO	497.842,00	543.814,58	-8,45	12,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	0,00	6.468,72	-100	0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.772.825,35	3.321.637,29	-16,52	66,86
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	154.765,13	205.265,79	-24,60	3,73
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	20.371,86	6.885,54	195,86	0,49
INDENIZACOES E RESTITUICOES	757,99	1.268,48	-40,24	0,01
MATERIAL DESTINADO À ASSIT. SOCIAL	21.939,02	87.843,78	-75,02	0,53
DEMAIS DESPESAS	8,76	3.668,47	-99,76	0,00
Total	4.147.652,16	4.791.885,88	-13,44	100,00

Fonte: Siafi Operacional e Tesouro Gerencial 2021 e 2020 (BO)

Observou-se queda significativa nas despesas empenhadas no período analisado nos itens de Material de Consumo (8,45%), Passagens de Despesas com Locomoção (100%), Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (24,60%). Houve uma redução de 13,44% nas despesas analisadas no período, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, principalmente Auxílio a Pesquisador (13,65%), Material de Consumo (8,45%), Serviços de Terceiros PJ (16,52%) e Serviços de TIC (24,60%). O Material Destinado a Assist. Social também apresentou queda de gastos (75%).

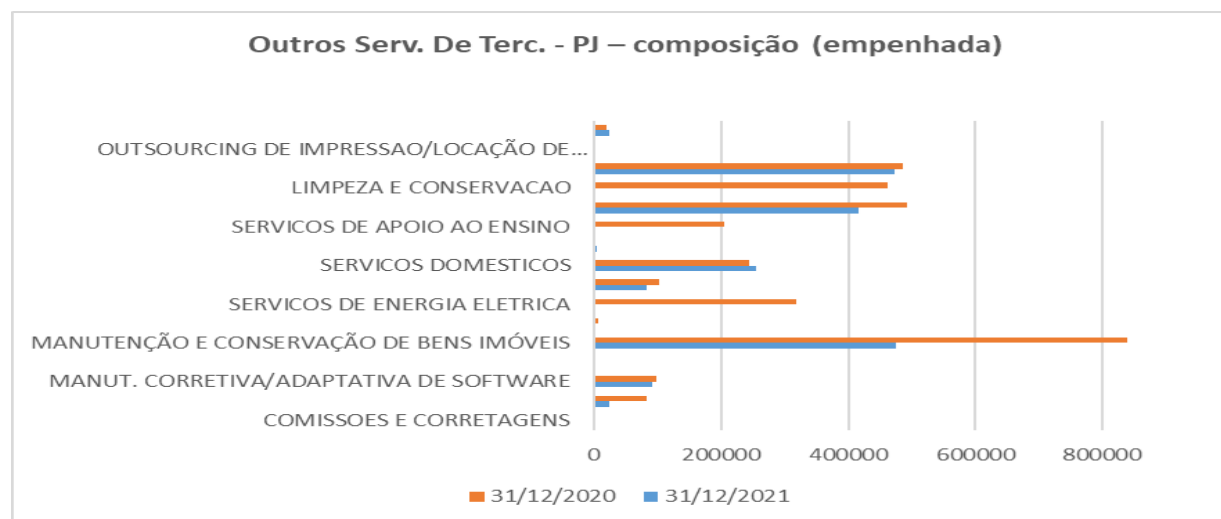
Por consequência da pandemia, Diárias e Passagens tiveram quedas nas despesas, considerando a suspensão do calendário acadêmico, aulas e trabalhos presenciais.

Outros Serv. De Terc. - PJ – composição (empenhada)

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
COMISSOES E CORRETAGENS	79.170,00	0,00	100,00	2,74
MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	23.928,00	82.781,16	-71,09	0,82
MANUT. CORRETIVA/ADAPTATIVA DE SOFTWARE	91.767,85	98.470,43	-6,81	3,18
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEÍCULOS	16.516,18	31.644,98	-40,81	0,57
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	475.892,73	838.908,69	-43,27	16,51
TAXA DE ADMINISTRACAO	1.635,67	6.500,00	-74,85	0,06
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	281.779,06	318.640,35	-11,57	9,79
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	83.691,25	102.722,45	-18,53	2,91
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	254.107,90	243.571,75	-7,39	8,80
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	3.900,00	2.423,11	60,95	0,13
SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO	291.189,27	205.087,10	41,98	10,08
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA/RASTREAMENTO	417.083,26	492.916,55	-15,38	14,44
LIMPEZA E CONSERVACAO	328.726,67	462.822,38	-28,97	11,38
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	473.556,30	487.102,22	-2,78	16,41
OUTSOURCING DE IMPRESSÃO/LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	38.589,09	13.124,64	194,03	1,34
OUTSOURCING - ALMOXARIFADO VIRTUAL	23.512,20	20.000,00	17,56	0,82
Total	2.887.755,43	3.405.715,81	-15,21	100,00

Fonte: Siafi Operacional e Tesouro Gerencial 2021 e 2020 (BO)

Na tabela anterior foram apresentados os dados mais relevantes na conta Outros Serviços de Terceiros – PJ. Ocorreu uma queda nos serviços de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (71%), diminuição nos serviços de Água e Esgoto (18,532%, Energia Elétrica (11,57%), além da diminuição significativa do serviço de Vigilância (15,38%) e Serviços de Limpeza (29%). Outsourcing de impressão/Locação de Impressoras apresentou um aumento de 194%. Serviços de Comissões e Corretagens teve um aumento significativo em razão da mudança do sistema de contratação de gerenciamento da frota, passando a ser desta forma. A seguir um comparativo gráfico das despesas empenhadas no grupo de Outros Serviços de Terceiros – PJ, no quarto trimestre de 2020 e 2021:



Fonte: Siafi Operacional e Tesouro Gerencial 2021 e 2020

As despesas com Investimentos totalizaram R\$ 531.016,16 no quarto trimestre de 2021, sendo que foram adquiridos Aparelhos de Medição e Orientação (R\$ 22 mil), Apar., Equip., Utens., Med., Odont., Labor., e Hospit. (R\$ 195 mil), Aparelhos e Utensílios Domésticos (R\$ 12 mil), Máq. e Equip. de natureza Industrial e Energéticos (R\$ 17 mil), Equip. p/ Áudio, Vídeo e Foto (R\$ 33 mil), Ativos de Rede (R\$ 30 mil), Computadores (R\$ 180 mil), além de Mobiliário em Geral (R\$ 22 mil).

Restos a Pagar

Conforme evidenciado na tabela abaixo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS Campus Bento Gonçalves, não registrou restos a pagar processados, apenas restos a pagar não processados:

Restos a Pagar		Dez/21	
Situação		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS
Não Processados	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	1.570.027,52	338.956,09
	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS REINSCRITOS	237.069,49	11.333,92
	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	99.830,39	11.333,92
	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	1.379.811,69	338.341,10
	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.379.124,13	338.341,10

Fonte Siafi Operacional e Tesouro Gerencial 2021

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados Inscritos, 82,24% referem-se a Outras Despesas Correntes, equivalente a R\$ 1.572 mil, composto principalmente pelas aquisições de diversos materiais de consumo, e também pela contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica. Do total das inscrições, 17,76% dos valores foram inscritos em Investimentos.

Neste quarto trimestre de 2021 o Campus Bento Gonçalves liquidou 90% das despesas inscritas/reinscritas e pagou o montante de R\$ 1.379.124,13 de Despesas Correntes e R\$ 338.341,10 de Investimentos, relativos a Restos a Pagar.